

**ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE**  
**CT-SAÚDE/CIF**

No dia dezenove do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e dez minutos, em formato híbrido, com sede presencial no Hotel Max Savassi-, localizado na - Rua Antônio de Albuquerque, 335 - Savassi, Belo Horizonte/MG, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **64ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença, registro: Luiz Fernando Prado de Miranda (SES/MG), Roberto da Costa Laperriere Junior (SESA/ES), Cristiany Pietro (SESA/ES), Alice Matos (SRS de Gov. Valadares/SES-MG), Eduardo Batista Poltraniere (Prefeitura de Linhares/ES), Ranieri Martinelli Resende do Prado (Prefeitura de Belo Oriente/MG), Jadilson Gomes (Comissão CRQ Degredo), Wenner Shaday Tavares (SES/MG), Cássia Conti (Pref. De Aracruz/ES), Ivan Ferreira Brum (Prefeitura de Resplendor/MG), Clara Diniz (SES/MG), Nathalia Pippa Cardoso (SES/MG), André Alcântara (SES/MG), Lucas Daniel Oliveira (SES/MG), Elias Oliveira (SES/MG), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Aline Lima de Azevedo (Ministério da Saúde), Joice Rodrigues da Cunha (SES/MG), Matheus Vinicius Costa Neto (SES/MG), Valquíria da Costa Seleguini (SRS Colatina/ES), Joéci Miranda (Comissão de Aracruz/ES), Elane Silva (Prefeitura de Barra Longa/MG), Agnis Marciano de Souza (Prefeitura de Linhares/ES), Fernanda Santos Pereira (SES/MG), Clycia Almeida (FLACSO), Priscila Vieira (SES/MG), Simone Silva (Comissão de Barra Longa), Simone Nunes (Comissão São José do Goiabal), Marcelo Libânio (UFMG/Fundação Renova), Paula Vieira (Fundação Renova), Bárbara Jardim (Fundação Renova), Maxsuell Mendes Gonçalves (Fundação Renova), Fernanda Gomide Viegas (Fundação Renova).

Verificado o quórum de instalação, o coordenador, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou a todos e, deu início aos trabalhos como detalhado a seguir:

<b>Pauta Geral - Restrita</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>1. Pauta Geral:</b>	<p><b>Item “a”:</b> O coordenador solicitou que iniciasse a chamada dos presentes. Na sequência, fez leitura da Pauta e organizou a dinâmica a ser seguida para a execução da agenda.</p> <p><b>Item “b”:</b> O secretariado informou que as atas foram enviadas no prazo regimental para conhecimento e considerações, solicitou dispensa da</p>

<p>a) Apresentação dos presentes;</p> <p>b) Aprovação da ata da 61ª, 62ª e 63ª RO da CT-Saúde;</p> <p>c) Informes 69ºRO do Comitê Interfederativo;</p> <p>d) Parecer Técnico nº16/2023: Resposta ao Despacho no 16118637/2023-CIF/Gabin;</p> <p>e) Parecer Técnico nº14/2023: Relatório de Análise da Caracterização das Emissões Atmosféricas dos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado;</p> <p>f) Parecer Técnico nº10/2023: Resposta ao Despacho no 16048719/2023-CIF/Gabin e Ofício n. 00377/2023/NAP/EIM A;</p>	<p>leitura das atas. Informou que as atas da 56ª e 60ª serão avaliadas oportunamente.</p> <p>Levada à deliberação, <b>registro aprovação das atas das 61ª, 62ª e 63ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica de Saúde.</b></p> <p><b>Item “c”:</b> O coordenador informou a aprovação o plano de ação em saúde do município de Santana do Paraíso e do município de São Mateus. Ressaltou que o PAS de São Mateus foi aprovado com a ressalva da necessidade de apresentação à comissão de atingidos, mas essa ressalva já foi inclusive cumprida.</p> <p>Registrou que a CT solicitou notificação à Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação de aprovação do plano de Sooretama. Ainda, pleiteou notificação pelo descumprimento das Deliberações CIF nº 678 e 679/2023, referente aos Planos de Ação em Saúde de Ipaba/MG e Ipatinga/MG. Disse que o GT-Planejamento está indicando o prazo de 20 dias para execução, possibilitando assim que, caso não haja cumprimento, na reunião subsequente do CIF seja possível seguir com o pedido de multa.</p> <p>Informou que sobre o Programa de Capacitações foi solicitada a revisão da Deliberação 651/2023, lembrou que a referida Deliberação que não reconhece o Programa de Capacitações como parte do programa de saúde. Disse que está pendente a apresentação de proposta pela CT.</p> <p>Ponderou que reiterou, pelo governo do estado de Minas Gerais, a necessidade de agenda da CT-Saúde com a Secretaria Executiva do CIF para alinhar sobre a questão dos PAS, mas até o momento não teve retorno.</p> <p>O coordenador consultou aos membros como deveria seguir para conseguir a agenda com o CIF, pois já foi finalizada a versão da revisão do PG14, mas não é sabido o status da judicialização do Programa de Saúde. Disse que a solicitação de trazer o PMQACH para o escopo do PG14 é um desafio no que tange a judicialização, pois o programa está andando e se o PG14 estiver em sua integralidade judicializado, por consequência o PMQACH também será, por esta razão esse diálogo com a SECEX/IAJ/CIF é necessária. Considerou como uma alternativa solicitar manifestação separada da AGE e, ainda, cobrar diretamente o MPF.</p> <p>A discussão se prolongou, em suma os presentes sugeriram na próxima RO que acontecerá em Brasília/DF, convidar as instâncias do CIF/MPF/DPU/AGEs para diálogo presencial.</p>
---	---

g) Informe – Nota Técnica aprovação da 1º Revisão do PG-14;

h) Finalização do GT-Modelo Técnico Conceitual.

**Item “d”:** O coordenador fez breve leitura do Parecer Técnico nº 16/2023 da CT-Saúde que reitera a reprovação da metodologia GAISMA e GAISMA aprimorado. Reforçou a importância de que os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana – EARSH sejam executados em conformidade com as Diretrizes do Ministério da Saúde e recomenda que os estudos em saúde sejam conduzidos nos moldes estabelecidos pela Deliberação CIF nº 656/2023.

**Item “e”:** O coordenador fez leitura pontual do Parecer Técnico nº 14/2023 da CT-Saúde que versa sobre o relatório encaminhado pela Fundação Renova no contexto do risco potencial da saúde de comunidades possivelmente expostas à poluição do ar. Disse que os resultados mostram que as fontes identificadas contribuem para as concentrações de material particulado na região. Registrou que a CT-Saúde identificou que são necessários estudos mais robustos na perspectiva de saúde ambiental, por detalarem melhor a contribuição das fontes de emissão para melhor entender o impacto na saúde da população exposta.

Patrick Joseph, apresentou o Relatório que deu origem ao Parecer Técnico 14.2023 da CT-Saúde. A íntegra da apresentação consta em memória de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas.

**Item “f”:** O coordenador apresentou o Parecer Técnico nº 10/2023 da CT-Saúde que trata da interposição pela Fundação Renova contra a decisão no curso do Eixo prioritário 2 e solicita que sejam fornecidos subsídios fáticos e jurídicos. Ponderou que foi reiterada as manifestações anteriores sobre a questão do nexo causal, pedindo que as perspectivas do “risco” e “risco adicional” sejam consideradas.

Informou que o entendimento da CT é que os estudos estão aptos a serem publicados, seguindo a orientação da OMS apresentado pela Nota Técnica Intercâmaras nº 01/2022 da CT-Saúde e CT-PDCS. Disse que não há recomendação da CT-Saúde para a realização de estudo complementar para as localidades de Mariana e Barra Longa. Ainda, que não há concordância da CT para aplicação da metodologia GAISMA elaborada e apresentada pela Fundação Renova.

Solicitou que os membros possam dar apoio ao GT-Estudos pois há muitas solicitações com prazos curtos e o corpo técnico é reduzido.

**Item “g”:** Clara Diniz ponderou que na última reunião teve um diálogo com a Fundação Renova na busca de um entendimento, mas o posicionamento apresentado é que não irão discutir nenhuma tratativa referente ao PG14 na CT somente em juízo. Declarou que a CT cumpriu as etapas para revisão dos programas e que seguiu o que preconiza a

	<p>Nota Técnica 70/2023 da CT-Saúde que versa sobre o tema e que o próximo passo é seguir com a apresentação da proposta no CIF. Informou que fará um documento contando o histórico desde a última revisão, mas que ainda está aguardando conversa com o IAJ sobre a orientação da alocação do PMQACH.</p> <p>Luiz Fernando disse que resolver a questão com o IAJ é necessário, mas não sendo possível seguiremos com a proposta já finalizada pela CT.</p> <p><b>Item “h”:</b> Clara Diniz informou que o Modelo Técnico Conceitual foi finalizado pelo grupo intercâmaras. Disse que a ideia do CIF é unificar todos os danos indetificados pelas câmaras técnicas ambientais. Informou que o documento foi encaminhado à SECEX que devolveu com a sugestão de inclusão de uma planilha de ações que precisam ser feitas e que estão em andamento. Registrou que em suma a proposta de ação da CT-Saúde é (1) execução das melhorias do PMQACH, (2) execução efetiva dos Planos de ação em Saúde, (3) conclusão dos Estudos epidemiológicos e toxicológicos, (4) divulgação dos resultados dos estudos ARSH de Mariana e Barra Longa e (5) execução das ações recomendadas por esses estudos.</p> <p>Disse que após a finalização a recomendação é que seja realizada reunião com os atingidos para apresentar os resultados das CTs, considerou que a linguagem do documento é bem didática e será de fácil entendimento para todos os leitores.</p>
<b>EXTRA PAUTA</b>	<p>O secretariado informou que o CIF alterou o calendario de reuniões das agendas de agosto e setembro e por este motivo entrou em conflito com a agenda da CT-Saúde. Registro que foi apresentada a proposta de realizar a reunião de agosto em modo presencial ou alterar a data para os dias 29 e 30 de agosto. Após análise dos membros registro que a reunião de agosto acontecerá em formato híbrido com sede em Brasília, nos dias 29 e 30 de agosto.</p> <p>Sobre a agenda de setembro, o secretariado informou que a localidade de Rio Doce não está tendo disponibilidade e por esta razão a proposta é mudar para o município de Ponte Nova. Após ampla discussão, registro que a RO de setembro será realizada em Ponte Nova.</p> <p>Foi levantada a discussão de que as reuniões dos GTs poderia ser realizada em formato virtual, mas não houve consenso, assim a discussão será retomada na próxima reunião.</p>
<b>Encaminhamento E64.1</b>	<b>As atas aprovadas nessa reunião deverão ser publicadas no site do IBAMA/CIF.</b>

<p><b>Encaminhamento E64.2</b></p>	<p><b>A coordenação deverá articular reunião com CIF/IAJ e MPF/DPEs/DPU</b></p>
<p><b>Encaminhamento E64.3</b></p>	<p><b>Os Grupos de trabalho deverão avaliar a possibilidade de realizar as reuniões no modo virtual.</b></p>
<p><b>2. Pauta dos GTs:</b></p> <p><b>a) GT-Planejamento:</b></p> <p>1. Apresentação do Plano de Ação em Saúde de Bom Jesus do Galho/MG;</p> <p>2. Apresentação do Plano de Ação em Saúde de Resplendor/MG- 12h00min às 12h30min</p> <p>3. Informe Nota Técnica São José do Goiabal/MG;</p> <p>4. Informe Nota Técnica Serra/ES;</p> <p>5. Informe Nota Técnica Caratinga/MG;</p> <p>6. Informe Nota Técnica Marliéria/MG;</p> <p>7. Informe Ofício São Mateus/ES.</p> <p><b>b) GT-Estudos:</b></p> <p><b>1.</b> Capacitações realizadas pela Fundação Renova;</p>	<p><b>Item “2.a.1”:</b> Sara, representante do município de Bom Jesus do Galho, apresentou o Plano de Ação em saúde municipal. A íntegra da apresentação consta em memória de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas. Posteriormente, os membros fizeram considerações. O Plano seguirá para avaliação do GT-Planejamento.</p> <p><b>Item “2.a.2”:</b> Ivan Brum, representante do município de Resplendor apresentou o Plano de Ação em saúde municipal. A íntegra da apresentação consta em memória de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas. Posteriormente, os membros fizeram considerações. O Plano seguirá para avaliação do GT-Planejamento.</p> <p><b>Item “2.a.3”:</b> André Carvalho apresentou Ofício sobre o Plano de Ação do município de São José do Goiabal/MG. Disse que foi agendada reunião com o município para o dia 27 de agosto, para alinhamento e orientação. Luiz Fernando ponderou que não está de acordo com a não apresentação de Nota Técnica, embora as considerações sejam relevantes, o PAS já teve várias orientações e que o PAS encontra-se na condição de ser aprovado. Os membros que compuseram o grupo que avaliou o Plano consideraram que há elementos que um diálogo direto pode ser o melhor caminho. Após discussão, o coordenador do GT-Planejamento considerou a realização de reunião com o município, mas que será feita a Nota Técnica recomendando aprovação do PAS.</p> <p><b>Item “2.a.4”:</b> André Alcântara, apresentou o Ofício que foi elaborado para o município de Serra/MG, com as considerações ao PAS municipal.</p> <p><b>Item “2.a.5”:</b> André Alcântara, apresentou a Nota Técnica 84.2023 da CT-Saúde. Levada à Deliberação, registro aprovação, sem ressalvas da referida Nota Técnica.</p> <p><b>Item “2.a.6”:</b> O coordenador do GT-Planejamento apresentou o Ofício elaborado com as considerações ao Plano de ação em saúde do município de Marliéria. Informou que foi agendada reunião para o dia 28/07 com o município para orientações. Disse que neste momento, considerando a estrutura do documento, não foi possível elaborar Nota Técnica do Plano.</p> <p><b>Item “2.a.7”:</b> André Alcântara, informou que foi elabora ofício à SECEX/CIF comunicando que o município de São Mateus cumpriu as</p>

<p>2. Informes;</p> <p><b>c) GT- Água:</b></p> <p>1. Confecção de Ofícios - Notificação quanto às inconformidades identificadas nos SAAs do PMQACH;</p> <p>2. Revisão bianual do PMQACH;</p> <p>3. Boletins trimestrais;</p> <p>4. Relatório Anual.</p>	<p>ressalvas que estavam pendentes e solicita início da contagem de prazo para início da execução das ações pela Fundação Renova.</p> <p><b>Item “2.b.1 e 2”:</b> Nathália Pippa informou que receberam as propostas das escolas públicas e devolveram com as considerações do GT-Estudos, ficando pendente a proposta da FIOCRUZ/MG. Disse que as instituições vão devolver o documento até dia 24/07 e no dia 31/07 o GT e as escolas irão se reunir para fechar as propostas. Ponderou que a expectativa do grupo é que tenham uma proposta fechada para apresentação até a 66ª RO da CT-Saúde.</p> <p><b>Item “2.c.1:</b> Alice Matos apresentou Ofício elaborado para notificação quanto às inconformidades identificadas nos SAAs do PMQACH. Registrou que os boletins analisados seguirão para publicação no <i>hotsite</i>.</p> <p><b>Item “2.c.2:</b> Alice Matos apresentou a Nota Técnica 82.2023 da CT-Saúde que apresenta as bases mínimas para a revisão bianual 2024/2025 do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano – PMQACH, que tem duração mínima de 10 anos, conforme estabelecido na Nota Técnica no 10/2017 e aprovada pela Deliberação nº 95.2018. Disse que este documento foi encaminhado para a equipe da Fundação Renova que ainda não se manifestou e informou que a manifestação seria na RO.</p> <p><b>Item “2.c.3:</b> A coordenadora do GT-Água apresentou os boletins que foram analisados, informou que será solicitada pauta no CIF para apresentação dos boletins.</p> <p>Joeci Miranda informou que a qualidade da água que chega nas casas de Aracruz é inadequada para consumo humano e cobrou maior participação dos atingidos no processo. Luiz Fernando considerou a importancia de buscar comunicar ao município, ouvidoria e Conselho municipal de Saúde para que possam apresentar resposta. A representante dos atingidos ponderou que as comunidades não confiam nos relatórios, o coodenador da CT-Saúde, disse que é importante o GT-Água dialogar com os municípios e tornar o processo de comunicação com as comunidades mais aberto, realizando reuniões para apresentação dos laudos.</p>
<p><b>Encaminhamento E64.4</b></p>	<p><b>A Nota Técnica nº 82/2023 e os Boletins serão apresentados na RO do CIF.</b></p>

<b>Pauta Geral - Pública</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>

<p><b>3. Pauta Geral:</b></p> <p>a) Apresentação da equipe da Fundação Renova e Convidados;</p> <p>b) Aprovação da ata da 56<sup>a</sup>, 60<sup>a</sup>, 61<sup>a</sup>, 62<sup>a</sup> e 63<sup>a</sup> ROs da CT-Saúde;</p> <p>c) Alteração da data da 65<sup>a</sup> RO da CT-Saúde (“Choque” de agenda com CIF);</p> <p>d) Revisão bianual do PMQACH.</p>	<p><b>Item “3.a”:</b> A representante da Fundação Renova solicitou, considerando que houve atualização de membros, que a rodada de apresentações seja geral. O coordenador solicitou que iniciasse a apresentação dos participantes.</p> <p><b>Item “3.b”:</b> O coordenador informou a aprovação das atas da 61<sup>a</sup>, 62<sup>a</sup> e 63<sup>a</sup> Ros da CT-Saúde.</p> <p><b>Item “3.c”:</b> O coordenador informou que a 65<sup>a</sup> RO acontecerá no dia 30 de agosto, na cidade de Brasília/DF e a 66<sup>a</sup> RO acontecerá no dia 20 de setembro na cidade de Ponte Nova/MG.</p> <p><b>Item “3.d”:</b> Alice Matos apresentou a Nota Técnica 82.2023 da CT-Saúde e expôs as alterações propostas pelo GT-Água, disse que foram incluídos 38 pontos a serem monitorados durante 24 meses e incluiu os parâmetros que foram justificados, ainda a frequência de coleta e sobre o relatório anual alterou o prazo de entrega e que seja alterada a nomenclatura “conclusões finais” para “considerações finais”. Frisou que o documento foi encaminhado à Fundação Renova para conhecimento e considerações.</p> <p>Fernanda Gomide apresentou resposta da Fundação Renova com os principais dissensos e posicionamento, informando que o objetivo da Nota Técnica 82/2023 precisa estar atrelado com o Rompimento da barragem de Fundão e os resultados do PMQACH não permitem essa relação denexo causal, tampouco há correlação com o que prevê a Cláusula 171 do TTAC. A íntegra consta em arquivo de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Joeci Miranda ponderou que durante 8 anos há pontos monitorados e nos períodos de chuva as enchentes alaga todos os territórios e os pontos de água potável não estão próprias para o consumo devido aos depósitos de rejeitos contínuos. Questionou se ao não concordarem com os novos pontos incluídos foi considerando o exposto.</p> <p>Bárbara Jardim esclareceu que além do monitoramento de qualidade da água para consumo humano, a FR também executa outros monitoramentos diversos e, dentre eles, o PMQQS que monitora rios, lagoas e regiões costeiras e há acompanhamento dos dados da qualidade da água. Inclusive os dados são compartilhados com os órgãos ambientais que fiscalizam o programa e são validados, se tornando públicos e disponibilizados para a população em geral por meio de um site. Ressaltou que no período de cheias o monitoramento não é interrompido. Frisou que os dados do PMQQS indicam que há parâmetros que retornaram aos resultados anteriores ao rompimento e que a base de dados comparativa é do IGAM, que já fazia o</p>
--	---

monitoramento da água de Minas Gerais desde 1997. Joeci Miranda reafirmou o posicionamento de que a realidade local não reflete nos dados que são apresentados pela Fundação Renova e que a contaminação está maior do que antes, pelas informações que são buscadas junto ao CT-BIO e outras CTs. Bárbara esclareceu que as informações divulgadas no site são criadas e validadas, de maneira cooperativa pelos órgãos ambientais que fiscalizam o PMQQS.

Agnis Marciano questionou se ações do PBAQ já foi implementado, pois na apresentação o entendimento é que o problema já foi solucionado, mas não houve a implantação da ETA que estabelece no programa a fim de sanar as questão do abastecimento de água para a comunidade. Bárbara Jardim disse que ainda não foi construída a ETA e que a comunidade segue recebendo água mineral. Agnis Marciano ponderou que o problema de água para consumo humano é minimizado com o fornecimento de água mineral, mas a água não é usado somente para esse fim e questionou se o “problema” foi solucionado ou está sendo tratado e paleado. A representante da Fundação Renova disse que está sendo tratado.

Jaqueline Francisquet disse que acredita que a representante da FR tem conhecimento do relatório do Perito nº35, que deixa bem claro que não é prudente afirmar que as condições voltaram ao normal, inclusive há substâncias que se concentram em um período e se diluem em outro. Ponderou que é imprudente não executar o monitoramento mensal e abrir mão desse ponto é um comprometimento para a saúde. Afirmou que passados 7 anos do desastre, o rio ainda não havia retornado a sua condição para a Classe 2.

Marcelo Libânio, disse que nada devolve a vida das 17 vidas (foi corrigido que foram perdidas 19 vidas), e que se sensibiliza com as famílias. Ponderou que o relatório elaborado pela AECOM preconiza 05 parâmetros de qualidade de água: Ferro e Manganês que não tem nível em saúde, mas em nível de desconforto; sólidos, turbidez e alumínio. Relatou que nesse relatório mostra que os níveis de alumínio diminuíram após o rompimento e os que aumentaram – não em todos os pontos de monitoramento, mas predominantemente - foram ferro, manganês e turbidez. O professor afirmou que os metais traço, que antigamente eram chamados de metais pesados, que podem causar danos à saúde, já retornaram à condição anterior do rio pré rompimento. O professor informou que em relação a ferro e manganês o rio não retornou ao estado anterior, então de fato nem todos os parâmetros retornaram a condição anterior, mas em relação aos metais traços que

poderiam causar malefícios à saúde muito sérios após o uso contínuo já haviam retornado.

A representante do ministério da saúde disse que a portaria de potabilidade da água que determina o VMP do ferro e manganês e se os valores ultrapassarem os limites, causam danos à saúde. O professor Marcelo afirmou que para o ferro existe uma ressalva para que este parâmetro chegue a valores mais altos sem causar danos à saúde e que os padrões estabelecidos também consideraram não somente o consumo humano, mas também a biota aquática, como a comunidade de peixes, por exemplo. O Professor citou um exemplo da região do Quadrilátero Ferrífero, em que a Copasa, executa a pré desinfecção exatamente por conter ferro e manganês nas águas que chegam nas estações de Belo Horizonte e dizer que, mesmo que os valores estejam acima do limite para a classe dois, não quer dizer que a água não possa ser usada para abastecimento.

O professor esclareceu que é contrato pela UFMG e seu projeto de pesquisa começou há 13 meses para analisar o plano de monitoramento da qualidade da água do rio Doce e as estações de tratamento de água para auxiliar as discussões no âmbito do Eixo 9. Alice Matos ponderou que o professor é uma referência na área, e que inclusive tem livros dele e que se fosse em outra oportunidade pediria um autógrafa, ainda mais por ser da UFMG, um servidor público que deve servir ao público. Disse que no município de Governador Valadares ficou muitos dias sem o fornecimento de água e foi corrigida pelo professor que afirmou que a paralisação foi de 07 dias.

Alice Matos falou que realmente foram 07 dias que a estação de tratamento de água ficou fechada, mas que ao reabrir a água liberada estava insatisfatória pois, infelizmente, não havia outra água para ser consumida, e a população teve que consumir e há diversos laudos que constam dados insatisfatórios, inclusive a informação consta no site [www.saude.mg.desastreriodoce.com.br](http://www.saude.mg.desastreriodoce.com.br) no qual consta os relatórios feito pela própria Fundação Renova. Desabafou que a situação à época foi horrível e hoje, um professor renomado, vir diante de uma Câmara Técnica e falar que foram somente 07 dias sem abastecimento, que ele não tem noção do que é uma cidade inteira de quase 250 mil habitantes ficar sem abastecimento de água para nada e quando a recebeu estava imprópria para qualquer uso. Reiterou que a esperança pessoal é que, quanto servidor público ele tenha a consciência do que está falando. Disse que há um escopo para o monitoramento com diversos parâmetros e hoje há segurança em se dizer se a água pode ser ou não consumida,

pois há instrumentos para isso. Ressaltou que por este motivo é importante que o monitoramento siga com os parâmetros, deve-se respeitar a portaria ministerial que ampliou o número de agrotóxicos, sobre a inclusão de pontos de monitoramento, justificou que à época havia municípios, a exemplo de Conselheiro Pena que não queria participar do monitoramento, mas que hoje manifestaram o interesse. Disse que é importante ter os dados para que possam orientar a população.

Luiz Fernando ponderou que é importante seguir com o ambiente respeitoso e que o diálogo seja direcionado à discussão. Disse que o assunto é sensível e que deve ser tratado com muito respeito, principalmente aos atingidos que foram impactados direta e indiretamente, mas que os posicionamentos institucionais sigam assim.

Professor Marcelo disse que concorda com a fala da sra. Alice Matos, e que ficou sabendo, há exatos 05 min que a água distribuída SAAE de Governador Valadares foi distribuída fora do padrão de potabilidade, mas que nunca soube disso. Relatou que 10 dias após o rompimento teve uma reunião com a Samarco e que perguntou a um técnico do IGAM, em 2015, qual era o valor da turbidez no município de GV e foi informado que era 2.420 no rio, disse que a estação de água do rio das Velhas já tratou turbidez da água com nível de 12.500 de turbidez, e não tem efeito de nenhum rompimento, embora tenha uma condição melhor do que o SAAE de GV. Afirmou que foi consultado que se com o nível de 2.420 poderia retomar o abastecimento e respondeu afirmativamente. Ponderou que está sabendo agora que a água, naquela época, não estava atendendo aos parâmetros de potabilidade.

Simone Silva disse que um servidor público fazer a fala que foi feita é crime, dizer que não faz mal à saúde os elementos que são identificados na água é falta de conhecimento do que está sendo tratado. Repudiou o termo “acidente” para um crime. Apresentou sua filha e disse que ela está contaminada no sangue por causa do “tiquinho” de elementos que o professor disse que não faz mal. Relatou que 37 pessoas fizeram exames e esses metais estavam nos corpos de todas e há pessoas que faleceram em decorrência desse fato. Solicitou à Fundação Renova que não envie pessoas para dizer que esses metais não causam danos à população, pois fazem, e estas falas causam sentimento de revolta e indignação à toda comunidade atingida. Repudiou, em nome de todos os atingidos, a Fundação Renova e seus contratados que orientam consumir peixe e água.

Luiz Fernando disse que a fala não é pessoalmente para o professor, mas se dirige a FR, mas causa espanto o fato do sr. Marcelo Libânio relatar que está desenvolvendo um estudo pela UFMG em parceria com a Fundação Renova para avaliar um programa que é gerido pela CT-Saúde, o qual não temos ciência. Ponderou que mais uma vez a FR toma a iniciativa de contratar um estudo que são geridos pelos órgãos técnicos sem que haja a participação destes. Informou que não é seu papel avaliar a qualidade do estudo, uma vez que não tem dúvidas que o trabalho será muito bem feito, pela excelência que a UFMG possui. Destacou que as ações desenvolvidas no âmbito da CT, em um processo participativo/colegiado com a presença de representantes de órgãos públicos em nível estadual e municipal, sociedade civil e união que tem por competência acompanhar esse processo. Frisou que não é a primeira vez que este fato acontece, disse que há frequência de “surpresas” desse tipo. Criticou a forma de como tem sido conduzido o processo, ponderou não ser uma crítica ao mérito do trabalho, mas sim a condução.

O coordenador disse que os dissensos apresentados para FR devem ser melhor esclarecidos para que possam ser avaliados pelo grupo. Reiterou que o monitoramento da água para consumo humano é uma temática relacionada à saúde pública é para além de uma discussão ambiental, é questão de saúde que gera incertezas para quem mora nos territórios e a incerteza gera o adoecimento. Reiterou que o monitoramento da água deve ser tratada como uma questão de saúde pública, pois gera necessidades, ações e tomadas nos territórios.

Lucas Daniel ponderou que, conforme regimento, é importante que a CT tenha tempo para se apropriar dos pontos trazidos nas considerações da FR e uma apresentação em power point não é a melhor forma de apresentar resposta a uma Nota Técnica, frisou que a manifestação deveria ter sido enviada com antecedência para melhor entendimento da CT oportunizando um diálogo mais fluído. Considerou que as discussões devem ser mais pragmáticas e empáticas, pois estamos falando de vidas

Fernanda Viegas esclareceu que o posicionamento da Fundação Renova foi embasado em dados e estudos estatísticos e que o material foi enviado para o GT-Água. Disse que no final de junho se reuniram com o GT, e o que foi apresentado nesta reunião é um compilado dos dissensos que já foram discutido com o GT e todos os pontos estavam embasados tecnicamente. Luiz Fernando solicitou o envio da apresentação com o posicionamento final da FR, a representante da

	<p>Fundação Renova informou que a apresentação não está finalizada e que posteriormente será encaminhado para a CT. Bárbara Jardim informou que o estudo desenvolvido pela UFMG é um auxílio nas respostas a algumas questões que estão judicializadas e por este motivo não ocorreu a comunicação à CT, e que sua atuação é no PMQACH e no PMQQS e os protocolos estão dentro do eixo prioritário 9 da judicialização.</p> <p>Alice Matos registrou que o nível de turbidez para água bruta é de no máximo 100 uT, e que o IGAM monitora a qualidade da água desde antes do rompimento e produziu um encarte “7 anos do rio Doce” que compara o antes e depois, e que 45 dias após do desastre a média de turbidez era de 3.709uT, apresentando valor máximo 66.200uT, e questionou como que uma estação de tratamento de água consegue tratar com este alto valor e que não se compara com o rio das Velhas com o Rio Doce, inclusive foi usado o produto Tanfloc para tentar diminuir o valor da turbidez.</p> <p>Wenner Tavares apresentou dados de relatórios do SISAGUA à época na ETA Central de Governador Valadares e ponderou que falar que a ETA Central conseguiria fazer esse tratamento é uma fala infeliz.</p> <p>Elias Oliveira disse que também era aluno da UFMG e se sentia envergonhado com a situação, pois quando se chega em um ambiente tem que se “sentir o ambiente”, questionando a formação do professor, que não deveria ser da área de saúde e o ambiente era uma Câmara Técnica de Saúde. Disse que era importante a Fundação Renova “brifar” seus convidados, com informações básicas sobre o rompimento, como o número de mortes do maior desastre ambiental que se tem notícia, ponderou que a forma como foi apresentado ficou parecendo um teatro. Luiz Fernando pediu ordem e solicitou que as falas se limitassem a conteúdos técnicos.</p>
<b>EXTRA PAUTA</b>	<p>Luiz Fernando informou que a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais indicou novo membro para representação da coordenação da CT-Saúde, disse que a partir da próxima RO o sr. Lucas Daniel Marciano de Oliveira será o novo coordenador e o sr. André Alcântara será o novo coordenador do GT-Planejamento.</p> <p>Luiz Fernando disse que permanesse com a coordenação da CT-Saúde dentro da SES/MG e se colocou à disposição para continuar dando suporte à CT, diz que há preocupação de que essa mudança não paraliza os trabalhos, mas sim continuidade. Agradeceu às pessoas atingidas e membros que somaram aos trabalhos durante sua gestão. Reiterou o compromisso de atuar via SES para que ações efetivas de saúde aconteçam nos territórios atingidos.</p>

Clara questionou a FR acerca do projeto de pesquisa realizado junto à UFMG, se ele passou pela Governança do CIF.

Bárbara informou que dentro da FR tem diversas empresas – universidades e consultorias - que visam estudar os dados produzidos. Nesse sentido, a FR possui uma parceria com o professor Marcelo para estudo dos dados do PMQQS, PMQACH e IGAM e, por essa razão, não foi deliberado por meio do sistema CIF. Ainda, informou que, quando o estudo é concluído, seus resultados são publicados em diversos formatos, como artigos, congressos ou até mesmo protocolados judicialmente.

Marcelo Libânio ponderou que errar 17 ou 19 pessoas não é tão grave. Perguntou quantas pessoas no rompimento da barragem de Brumadinho, informaram que foram 272, o professor disse que, na realidade, foi 273, considerando que uma mulher estava grávida, e foi informado que a contagem informada já consta duas mulheres que estavam gestantes. Reiterou que não é tão grave errar a quantidade de mortos, advertiu que não está desfazendo das pessoas que perderam seus entes, pois ele já perdeu pessoas e sabe que cada vida é uma. Declarou que a turbidez, no dia 15 de novembro de 2015, em Barra Longa era 6.200 e o primeiro estudo feito após a passagem da pluma de rejeitos, como consta os dados. Disse que haverá duas dissertações de Mestrado que pode ser acompanhada pelos presentes, informou que os projetos de pesquisa da UFMG tem um processo interno jurídico que dura aproximadamente 02 anos para ser aprovado pelas comissões da instituição. Informou que este projeto não mudou financeiramente a vida dele, uma vez que os valores das bolsas não são elevados, como deu-se a entender nas declarações de que a uma parte da UFMG está sendo vendida, pois a instituição não tem opinião de qualquer assunto, a não ser a palavra da Reitora. Disse que há colegas da instituição que não fazem trabalho para a Vale, pois consideram que a empresa causa mal ao Estado de Minas Gerais, disse que aceita as opiniões divergentes da sua. Ainda afirmou que não faltou respeito com ninguém. Em sua fala, indicou que a água pode ser consumida após tratamento, desde que a ETA produza água dentro dos padrões de potabilidade. Reiterou que a água só pode ser consumida após tratamento. Disse que nunca foi tratado desta maneira em um ambiente técnico.

Professor Marcelo questionou quais exames foram feitos que mostraram contaminação, e que contaminação foi essa. Seria de ferro e manganês por meio da água? Para ele seria um assunto novo que ele gostaria de aprender. Finalizou falando que não se manifestaria, mas que gostaria

	<p>de permanecer até o final da discussão para ouvir as declarações, pois é a primeira vez que acompanha o ambiente de uma CT. Luiz Fernando pediu desculpas, em nome da CT, se algum posicionamento ofendeu o professor pessoalmente, reiterou que as discussões possuem o caráter técnico, mas existe o espaço de participação social e que essas contribuições ajudam nas tomadas de decisão e que as insatisfações não têm cunho pessoal ou é direcionado ao projeto que está sendo desenvolvido, mas a forma como vem acontecendo desde momentos passados e são trazidas à CT e causam o desconforto.</p>
<p><b>4. Pronunciamento dos atingidos</b> a) Fala livre dos atingidos</p>	<p>O coordenador abriu a palavra para o pronunciamento dos atingidos.</p> <p>Joeci Miranda declarou que 19 pessoas morreram soterradas no rompimento, mas de 2015 até a presente data o professor não faz menção à quantidade de pessoas que morreram. Ponderou que a sua mãe faleceu e tem o laudo que consta chumbo e selênio em quantidades elevadas e estes exames estão em Londres, na sede da BHP. Disse que a mãe consumiu peixe contaminado no canal Caboclo Bernardo em Aracruz/ES, local que a lama chegou no dia 28 de novembro de 2015. Afirmou que tem propriedade para falar que pessoas da família, amigos e comunidade estão falecendo em decorrência do alto teor de contaminação por metais pesados e os laudos comprovam o que declara. Registrou que é triste ouvir de um profissional referencia no assunto falar que desconhece os danos à saúde pós rompimento. Ponderou que não foi desastre, mas sim um crime, não para atingir pessoas, mas em benefício próprio, fazendo do rio como minérioduto para desaguar no mar aos invés de descomicionar a barragem, como foi informada por profissionais contratados pelas empresas.</p> <p>Simone Silva disse que a declaração do professor que disse que perdeu entes desde muito tempo, é desrespeitoso, pois morte de causas naturais é diferente de perder um ente querido por ter sido assassinado pela Vale, Samarco, BHP e Fundação Renova é outra coisa. Ponderou que ao se justificar o professor piorou a situação, pois ele não teve entes que faleceram sem receber a reparação, nem levou um tio no cemitério e com menos de 03 meses voltou para enterrar a avó. Reiterou que a fala foi desrespeitosa pois dizer que é normal pessoas falecerem em decorrência do rompimento de uma barragem, não é normal.</p> <p>Solicitou a implementação e revisão do Plano de ação em saúde do município de Barra Longa, pois o plano contruído com a participação da comunidade, CT-Saúde e órgão municipal, deliberado pelo CIF não foi implementado. Declarou que a Gestão à época e a Fundação Renova fizeram um acordo que não foi dado ciência à população e CT. Informou</p>

que o acordo feito não atende às necessidades do município, disse que pessoas estão falecendo com doenças que não tinham relatos anteriores e a situação é grave. Reiterou o pedido implementação e revisão do plano contruído pelo povo e para o povo, pois o acordo celebrado não está em consonância ao que foi aprovado pela comunidade.

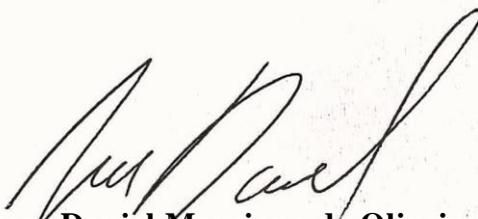
Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, agradeceu a presença de todos e, às dezessete hoas e vinte minutos, do dia dezanove do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, deu a reunião por encerrada.

**Registro que a presente ATA foi aprovada na 69ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia treze de dezembro de dois mil e vinte e três.**



**Clycia de Almeida Ferreira**

Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde



**Lucas Daniel Marciano de Oliveira**

Coordenador da Câmara Técnica de Saúde